

Tesouro quer criar fundo especial

BRASÍLIA — As transferências voluntárias do governo federal para Estados e municípios, feitas na forma de convênios com prefeituras e secretarias de Estado, poderão ser substituídas por um novo mecanismo: metade dos recursos, estimados em US\$ 6 bilhões no atual orçamento, seria automaticamente incorporada ao Fundo de Participação de Estados e Municípios. Os demais 50% constituiriam um fundo especial a ser administrado pelo Executivo. A União lhes transferiria muitas das funções e encargos que desempenha.

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, discutiu

essa alternativa na quarta-feira à noite com um grupo de 14 secretários municipais de Finanças. Pediu em troca o apoio para excluir a emenda ao projeto de orçamento que será enviado ao Congresso. Os secretários gostaram da idéia mas pediram ao ministro para definir quais os critérios de liberação dos recursos do novo fundo.

A revisão do orçamento que a equipe de Cardoso concluirá neste final de semana deverá ser condicionada à aprovação de instrumentos legais capazes de permitir sua execução. Cardoso e o líder do governo na Câmara, Roberto Frei-

re, ainda não estão convencidos de que é impossível mudar as regras constitucionais ainda este ano para obter resultados em 1994.

Uma das mudanças previstas anteriormente — nova política salarial para o funcionalismo público — foi descartada. “Não existe decisão política sobre essa questão”, disse Freire. A prioridade do governo entre as alterações previstas passou a ser um novo modelo de financiamento dos gastos com a Previdência Social e saúde pública, os dois itens que isoladamente mais absorvem dinheiro. As medidas poderão ser adotadas em 1994.